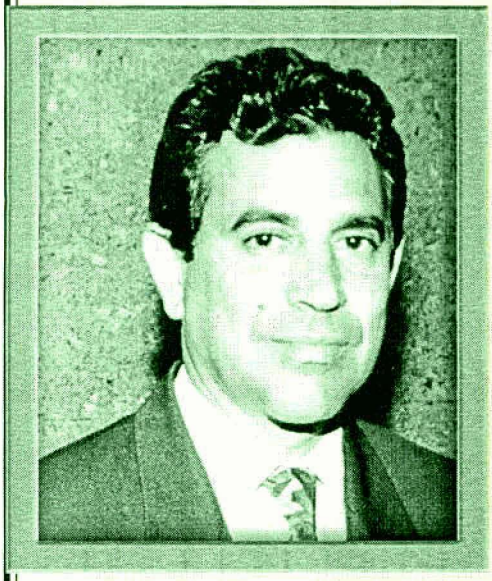
A visão dos economistas

É agora ou nunca

A agricultura não agüenta mais servir de âncora para os planos econômicos do governo



Xico Graziano
Deputado federal pelo PSDB de São Paulo

É certo que a desvalorização do real trará ganhos de competitividade para os agronegócios brasileiros. Os setores exportadores de *commodities* tradicionais com mercados já conquistados, como açúcar, café e soja, terão suas receitas aumentadas em reais, mesmo com baixos preços no mercado internacional. Produtos diferenciados que já ocupam posições importantes na pauta de exportações, como suco de laranja, frango, carne bovina, ganharão não apenas no efeito-renda da desvalorização, como terão a chance de abrir novos mercados, visto sua competitividade ter aumentado. Essa possibilidade de conquista de mercados antes quase impenetráveis dará a muitos produtos nacionais um impulso inusitado, beneficiando os suínos e as frutas tropicais, por exemplo.

Por outro lado, o encarecimento das importações vai aliviar setores que estavam sendo estrangulados pela excessiva valorização do real, destacando-se o leite e a borracha – importações absolutamente freadas. Outras cadeias produtivas importantes terão realinhados seus negócios, favorecendo a produção nacional, como no caso do algodão e do trigo, embora sejam setores nos quais importações em volumes consideráveis continuarão necessárias.

É possível dizer que os agronegócios brasileiros contam com perspectivas bastante favoráveis, talvez as melhores dos últimos 10 anos. A geração de divisas e a oferta de empregos certamente valorizarão as cadeias produtivas ligadas à agricultura. O efeito multiplicador de renda no interior do país será fundamental para a transição da crise da economia, melhorando o desempenho de vários setores de comércio e serviços, particularmente dos menores municípios.

Contra essa expectativa favorável concorrem dois fatores: um de mercado e outro na esfera da política.

Quanto ao primeiro, preocupam as elevações abusivas de preços de insumos agrícolas. Embora seja certo que a desvalorização do real afetou os preços dos insumos cujos componentes sejam importados, os custos da produção agropecuária não poderão se elevar acima de 10% a 15%, sob pena de anular os ganhos nos preços.

Na política, estarrece observar as movimentações da área financeira do governo no sentido de aproveitar o aumento das exportações agrícolas para corrigir o déficit fiscal, através de eventuais aumentos de impostos, introdução de confisco ou revisão da Lei Kandir. Seria um retrocesso na política econômica do país. Mais que isso, seria inaceitável para os agronegócios brasileiros, uma verdadeira paulada na agricultura. Embora descabidas, tais medidas continuam sendo consideradas pelo governo e ameaçando o setor.

Contra esses dois fatores, os aumentos abusivos e a imposição de taxas, só há uma possibilidade: a capacidade de organização e de articulação dos agronegócios brasileiros. Ao invés de reclamar do governo, o setor precisa aprender a se organizar e defender seus interesses. Isto é, fazer política, o que exige capacidade de articulação interna, entre os vários setores que compõem as cadeias produtivas ligadas à agricultura. Muitas vezes, afinal, a disputa ocorre dentro da cadeia produtiva.

> *A possibilidade de conquista de mercados antes quase impenetráveis dará a muitos produtos nacionais um impulso inusitado.*

Esse é o melhor momento, quase o único, para caminhar na direção dessa articulação dos agronegócios brasileiros. Ou se toma consciência de que os

ganhos de competitividade devem se repartir entre todos os elos da produção, ou continuará a concorrência dentro das cadeias produtivas, quase sempre prejudicando a base da produção, o setor de dentro da porteira.

Talvez seja também a última chance para os economistas do país descobrirem a mina de ouro que representam os agronegócios brasileiros. No contexto de uma crise sem precedentes, a agricultura e os negócios dela dependentes aparecem como a melhor alternativa para transitar no rumo do futuro. Naqueles momentos de angústia, olhando o mercado financeiro caótico da globalização, acabarão descobrindo que, ao contrário de taxar, essa seria a hora de estimular as exportações para gerar empregos e renda no país.

A agricultura não agüenta mais servir de âncora para os planos econômicos. Chegou a sua hora de abrir caminho para o desenvolvimento nacional. ”

A visão dos economistas

Virada salutar

O novo regime de flutuação da taxa cambial libertará a economia da ditadura dos juros altos

Delfim Netto
Deputado federal pelo PPB de São Paulo

“ A sobrevalorização cambial e sua aliada, a política de juros escorchantes, produziram uma enorme transferência de renda do setor agrário para os setores urbanos. Reduziram a renda derivada das exportações dos produtos agropecuários e estimularam importações predatórias, deprimindo os preços internos e aprofundando o processo de descapitalização do setor rural.

A mudança do regime cambial é um fato positivo porque permite interromper este processo destrutivo. Melhora a remuneração em reais dos produtos exportáveis e aumenta o poder de competição da produção nacional ante os importados.

O mais importante é que o novo regime de flutuação da taxa cambial permitirá libertar a economia da ditadura dos juros altos. Com a queda dos juros, pode-se pensar em mudar o processo de descapitalização do setor, com a retomada dos investimentos para expandir a produção e melhorar os níveis de produtividade.

No curto prazo ainda teremos que enfrentar uma recessão que deve durar pelo menos mais um semestre. A recuperação dos negócios vai depender basicamente:

- da capacidade do governo para realizar o ajuste das contas internas, impedindo o crescimento da dívida pública em relação ao PIB;
- da rapidez com que soubermos negociar a dívida externa, restabelecendo as linhas de crédito no exterior, inclusive para o setor privado;
- de coragem e habilidade para obter uma rápida queda nas taxas de juros;
- da competência para implementar um programa vigoroso de estímulo às exportações;
- e finalmente, mas não menos importante, da disposição de dar um efetivo suporte à agricultura, com crédito na hora certa do plantio, seguro contra perdas nas colheitas e financiamento para investimentos e na comercialização.

A mudança do regime cambial é um fato positivo porque permite interromper o processo destrutivo em que nos encontrávamos.

Essas são as ações básicas no curto e médio prazos para superar a crise e retirar o país da recessão. A liberalização cambial permite que o governo trabalhe na montagem de uma nova política que estabeleça as condições para a retomada do desenvolvimento, com equilíbrio interno e externo. Se o governo puser a ênfase de sua política – como temos reclamado insistentemente – na promoção das exportações e no financiamento amplo e irrestrito da atividade agrícola, poderemos ter a agradável surpresa de ver nossa economia voltar a crescer rapidamente, reduzindo os indecentes índices de desemprego que hoje se verificam nas cidades e no campo. ”